DocuSign Envelope ID: 49C15EF1-B330-4D9F-A1E9-2E5C78A6243E

FERREIRA GOMES geração de energia

Alupar

Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Relatório da Administração

Aos acionistas: A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **1. Breve histórico da Companhia:** A Ferreira Gomes Energia S.A. é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010. Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045). Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047. A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão. A Companhia possui 39,9 MWm contratados com a "Controladora" Alupar Investimentos S.A., no Ambiente Livre - ACL. A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:

A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	**145,5 MW (megawatts)**

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio do Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", alterando a garantia física da UHE Ferreira Gomes de 153,10MW para 145,5MW. **2. Governança corporativa:** A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa. Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição por igual período. **Diretoria estatutária:** A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores: (i) Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo; (ii) Diretor de Gestão de Energia; e (iii) Diretor Técnico. **Conselho fiscal:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

3. Desempenho econômico-financeiro - (Em milhares de Reais):

	31/12/2023	31/12/2022	Variação %
Receita operacional bruta	244.490	210.763	16,0%
(–) Deduções da receita operacional	(25.132)	(21.923)	14,6%
Receita operacional líquida	**219.358**	**188.840**	**16,2%**
(–) Custos operacionais	(104.618)	(97.473)	7,3%
Lucro bruto	**114.740**	**91.367**	**25,6%**
(–) Despesas/receitas operacionais	(4.914)	(4.962)	-1,0%
(–) Despesas/receitas financeiras	(34.399)	(47.108)	-27,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**75.427**	**39.297**	**91,9%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.138)	(4.464)	149,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	361	(753)	-147,9%
Lucro líquido do exercício	**64.650**	**34.080**	**89,7%**
Ativo total	**1.504.060**	**1.511.643**	**-0,5%**
Investimentos (*)	**1.296.972**	**1.335.238**	**-2,9%**

(*) O valor em investimentos refere-se a imobilizado e intangível. **Comentários relevantes:** A Companhia registrou Receita Operacional Líquida de R$ 219.358 no exercício de 31 de dezembro de 2023, em comparação a R$ 188.840 no mesmo período do exercício de 2022. O aumento de 16,2% de um exercício para o outro ocorreu principalmente pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL e liquidações na CCEE) e na atualização dos contratos no ambiente regulado (ACR). Os custos operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam aumento de 7,3% se comparado com o mesmo período do exercício de 2022, justificada pelo aumento na compra de energia elétrica para revenda. As despesas/receitas operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam redução de 1,0% quando comparado com o mesmo período do exercício de 2022, justificada principalmente pela redução na linha de serviços de terceiros. O resultado financeiro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam redução de 27,0% se comparado ao mesmo período do exercício de 2022, justificado principalmente pela redução das despesas financeiras atreladas ao índice dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes apresentam variações de acordo com o Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social - LAIR. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados ao reconhecimento da extensão da concessão que é realizada mensalmente de forma linear até o final da concessão. Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A., bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures. **EBITDA -** (Em milhares de Reais):

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	64.650	34.080
(+) Resultado financeiro	34.399	47.108
(+) Depreciação e amortização (*)	39.729	39.575
(+) IR/CS correntes	11.138	4.464
(+) IR/CS diferidos	(361)	753
(=) EBITDA	**149.555**	**125.980**

(*) Valor composto por depreciação, amortização, amortização de direito de extensão de concessão e amortização do UBP - Uso do Bem Público. **Endividamento:** (Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido):

Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar) e arrendamentos.	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	(91.886)	(83.160)
Não circulante	(328.623)	(406.194)
Dívida total	**(420.509)**	**(489.354)**
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	173.777	143.172
Dívida líquida	(246.732)	(346.182)
Patrimônio líquido	1.020.193	967.338
Índice de endividamento líquido	**0,24**	**0,36**

4. Capital humano: Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas. O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 24 colaboradores. **5. Responsabilidade sócio ambiental:** A Ferreira Gomes Energia S.A. tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região. Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistidos sobre o meio ambiente da região: • Plano de Resgate de Ictiofauna; • Programa de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna; • Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; • Monitoramento de Invertebrados Aquáticos; • Monitoramento de Macrófitas Aquáticas; • Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Efluentes; • Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico; • Programa de Monitoramento da Fauna; e • Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Em seguida, citamos os programas cujo o público alvo são população residente no entorno da usina: • Plano de Investimento Social; • Programa de suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e do Sistema de Outorga dos Recursos Hídricos; • Programa de Incentivo à Pesquisa; • Programa de Educação Ambiental; e • Programa de Comunicação Social. **6. Auditoria Independente:** Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY") para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações contábeis, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela EY foram contratados para os exercícios de 2019 até 2023. **Mensagem final:** Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Circulante		**201.684**	**169.733**
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.385	10.721
Investimentos de curto prazo	5	104.688	71.939
Títulos e valores mobiliários	6	59.704	60.512
Contas a receber de clientes	7	24.597	22.431
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	656	1.638
Outros tributos compensáveis	9	51	51
Despesas pagas antecipadamente	8	2.304	2.374
Outros ativos		299	67
Não circulante		**1.302.376**	**1.341.910**
Despesas pagas antecipadamente	8	5.387	6.655
Depósitos judiciais		17	17
Imobilizado	10	1.272.158	1.309.529
Intangível	11	24.814	25.709
Total do ativo		**1.504.060**	**1.511.643**

Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Circulante		**133.032**	**114.115**
Fornecedores	12	16.433	14.543
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	91.567	82.922
Arrendamentos	17.1	319	238
Salários e férias a pagar		792	731
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	2.744	975
Outros tributos a pagar	9	3.561	3.828
Dividendos declarados	17.1	11.795	6.328
Uso do bem público	11	2.001	1.909
Provisão para gastos ambientais		25	–
Provisão para constituição de ativos	14	1.057	153
Encargos setoriais		2.668	2.430
Credores diversos		70	58
Não circulante		**350.835**	**430.190**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	327.724	405.202
Arrendamentos	17.1	899	992
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	4.763	5.124
Uso do bem público	11	16.806	16.230
Provisão para constituição de ativos	14	620	2.577
Provisão para gastos ambientais		23	48
Provisão para contingências	15	–	17
Patrimônio líquido		**1.020.193**	**967.338**
Capital social	18.1	818.858	818.858
Reserva de lucros		201.335	148.480
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.504.060**	**1.511.643**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros – Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**818.858**	**9.111**	**8.809**	**102.808**	**–**	**939.586**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	34.080	34.080
Reserva legal	–	1.704	–	–	(1.704)	–
Reserva para incentivo fiscal	–	–	7.065	–	(7.065)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(6.328)	(6.328)
Reservas de lucros	–	–	–	18.983	(18.983)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**818.858**	**10.815**	**15.874**	**121.791**	**–**	**967.338**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	64.650	64.650
Reserva legal	–	3.232	–	–	(3.232)	–
Reserva para incentivo fiscal	–	–	14.240	–	(14.240)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(11.795)	(11.795)
Reservas de lucros	–	–	–	35.383	(35.383)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**818.858**	**14.047**	**30.114**	**157.174**	**–**	**1.020.193**

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	**219.358**	**188.840**
Custos operacionais	21	**(104.618)**	**(97.473)**
Energia elétrica comprada para revenda		(21.759)	(11.222)
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		(25.361)	(24.052)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(6.300)	(6.674)
Outros custos operacionais		(11.847)	(16.296)
Depreciação e amortização	10 e 11	(38.983)	(38.861)
Uso do bem público - UBP	11	(368)	(368)
Lucro bruto		**114.740**	**91.367**
Despesas (receitas) operacionais	21	**(4.914)**	**(4.962)**
Administrativas e gerais		(4.063)	(4.206)
Depreciação e amortização	10 e 11	(378)	(346)
Pessoal		(794)	(638)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(210)	(76)
Outras receitas		531	304
Lucro antes do resultado financeiro		**109.826**	**86.405**
Resultado financeiro	22	**(34.399)**	**(47.108)**
Despesa financeira		(53.703)	(61.408)
Receita financeira		19.304	14.300
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**75.427**	**39.297**
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(11.138)	(4.464)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	361	(753)
Lucro líquido do exercício		**64.650**	**34.080**
Lucro básico e diluído por ação- R$	19	**0,0801**	**0,0422**

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	64.650	34.080
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**64.650**	**34.080**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		75.427	39.297
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11	39.729	39.575
Repactuação do risco hidrológico	21	1.268	1.268
Encargos de dívidas	13.b	50.373	58.028
Encargos de dívidas arrendamentos	17.1	120	117
Atualização monetária - Uso do bem público	11	2.584	2.736
Outras variações monetárias líquidas		54	553
Descontos financeiros obtidos		(3)	(13)
Receitas financeiras		(20.093)	(14.287)
Baixa de ativo imobilizado	10	–	295
Atualização e estornos de provisões para contingências	15	(17)	(3)
Impostos sobre aplicações financeiras		3.687	2.556
Baixa depósitos judiciais imobilizados		73	39
Despesas c/apropriação de seguros		2.294	1.915
		155.496	**132.076**
Aumento (Redução) no ativo			
Contas a receber de clientes		(2.166)	22.166
Tributos a compensar		(1.860)	(208)
Adiantamentos a fornecedores		(249)	(22)
Despesas pagas antecipadamente		(2.223)	(3.101)
Outros ativos		27	1.558
		(6.471)	**20.393**
Redução no passivo			
Fornecedores		2.084	(898)
Encargos setoriais		28	(2.966)
Salários, férias a pagar		61	203
Provisão para gastos ambientais		–	(7)
Provisão para constituição de ativos		(691)	–
Tributos a recolher		(267)	(595)
Outros passivos		(1.921)	(325)
		(706)	**(4.588)**
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(6.374)	(4.464)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**141.945**	**143.417**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em investimentos de curto prazo		183.274	148.366
Aplicações em investimentos de curto prazo		(205.688)	(177.122)
Resgates em títulos e valores mobiliários		10.138	10.742
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(3.261)	(19.347)
Adições no imobilizado	10	(1.655)	(913)
Adições no intangível	11	(162)	(10)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(17.354)**	**(38.284)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de Dividendos		(6.328)	(7.376)
Empréstimos tomados	13.b	–	102
Amortização de principal arrendamentos		(273)	(229)
Amortização de juros de arrendamentos	17.1	(120)	(117)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	13.b	(85.334)	(58.822)
Amortização de juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	13.b	(33.872)	(37.255)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(125.927)**	**(103.697)**
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		**(1.336)**	**1.436**
Demonstração da redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		10.721	9.285
Saldo no final do exercício		9.385	10.721
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		**(1.336)**	**1.436**

continua →★

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/03/2024 | 01:14:20 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 49C15EF1-B330-4D9F-A1E9-2E5C78A6243E

→★ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas			
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	20	244.490	210.763
Outras receitas		531	304
		245.021	**211.067**
(–) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		(21.759)	(11.222)
Encargos do uso da rede elétrica	21	(25.361)	(24.052)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	21	(6.300)	(6.674)
Serviços de terceiros		(6.826)	(9.631)
Materiais	21	(547)	(1.163)
Outros custos operacionais		(4.522)	(4.000)
		(65.315)	**(56.742)**
(–) Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	10 e 11	**(39.729)**	**(39.575)**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira		20.271	15.039
Valor adicionado a distribuir		**160.248**	**129.789**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		2.546	2.216
Benefícios		**849**	**749**
Auxílio alimentação		350	358
Assistência médica e odontológica		475	384
Previdência Privada		14	–
Outros		10	7
FGTS		248	176
		3.643	**3.141**
Impostos, taxas e contribuições			
Federais			
INSS		635	507
Encargos setoriais - P&D e TFSEE		3.086	2.683
Imposto de renda e contribuição social correntes		11.138	4.464
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(361)	753
PIS e COFINS		23.012	19.953
Outros impostos e taxas		209	2.264
		37.719	**30.624**
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros s/empréstimos, financiamentos e debêntures	13.b	50.373	58.028
Juros s/arrendamentos	17.1	120	117
Aluguéis	21	532	509
Outras despesas financeiras		3.211	3.290
		54.236	**61.944**
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		11.795	6.328
Reserva de Lucros		52.855	27.752
		64.650	**34.080**
Valor Adicionado Distribuído		**160.248**	**129.789**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional: A Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes", "FGE" ou "Companhia"), com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma Companhia de capital aberto, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes ("Contrato de Concessão"), que concedeu à Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11. A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	**145,5 MW (megawatts)**

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio do Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", alterando a garantia física da UHE Ferreira Gomes de 153,10MW para 145,5 MW. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Assim como, em conformidade com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as normas internacionais. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **Declaração de conformidade:** A autorização para emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 04 de março de 2024. Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • Nota 7 - Contas a receber de clientes: valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"); • Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:*** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. ***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** • Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. ***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** ***Ativo Financeiro:*** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. ***Passivos financeiros:*** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros não-derivativo:** ***Instrumentos financeiros:*** A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). ***Mensuração das perdas de crédito esperadas:*** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. ***Baixa:*** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.3 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.5 Intangível:** Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação (09/08/2012), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do bem público no passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa 11, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047. **3.6 Tributação:** ***Tributos sobre as vendas:*** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e, • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%; • Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e, • Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%. Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. ***Imposto de renda e contribuição social - correntes:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 sendo alíquotas de 25% para imposto de renda, e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2026. Durante a vigência do benefício, a Companhia deverá: a) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987); b) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; e c) observar a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução. O reconhecimento do incentivo fiscal é realizado como redutor do passivo em contra partida ao imposto registrado no resultado do exercício. ***Imposto de renda e contribuição social - diferidos:*** Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão, que é realizado mensalmente de forma linear, até o final da concessão. Para o cálculo foi utilizado uma taxa média considerando o período do benefício fiscal Sudam. **3.7 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos. **3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. **3.9 Arrendamentos:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante. **3.10 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, liquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: I. Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: a) Suprimento de energia - ambiente regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 72% da garantia física, equivalente a 105 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2023 é de R$ 149,01 (R$ 136,64 em 2022) MW/h, reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de janeiro de 2015; e b) Suprimento de energia - ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 39,9 MW médio, equivalente a 27% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2023 é de R$ 252,11 (R$ 229,56 em 2022) MH/h, reajustado pelo IPCA, e pelo período de suprimento de 17 anos contados a partir de janeiro de 2015. II. Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD. **3.11 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente. **3.13 Informações por segmento:** A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional. **3.14 Reapresentação dos valores correspondentes:** A Administração da Companhia reclassificou e está reapresentando os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado não sofreram impactos e não foram reapresentadas.

	31/12/2022		
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante	**109.221**	**60.512**	**169.733**
Outros Ativos	109.221	–	109.221
Títulos e valores mobiliários (i)	–	60.512	60.512
Não circulante	**1.402.422**	**(60.512)**	**1.341.910**
Títulos e valores mobiliários (i)	60.512	(60.512)	–
Outros ativos	1.341.910	–	1.341.910
Total do ativo	**1.511.643**	**–**	**1.511.643**
Passivo Circulante	**114.115**	**–**	**114.115**
Não circulante	**430.190**	**–**	**430.190**
Patrimônio líquido	**967.338**	**–**	**967.338**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.511.643**	**–**	**1.511.643**

continua→★

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/03/2024 | 01:14:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 49C15EF1-B330-4D9F-A1E9-2E5C78A6243E

continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

(i) A partir de 30 de junho de 2023 a Administração da Companhia reavaliou seus Títulos e Valores Mobiliários e efetuou a reclassificação contábil, do ativo não circulante para o ativo circulante, nesta data-base e em 31 de dezembro de 2022, considerando como prática contábil a expectativa de utilização dos saldos e sua liquidez. Essa reclassificação trouxe impacto relevante para o ativo circulante. Dessa forma as demonstrações contábeis comparativas estão sendo reapresentadas após mudança de política contábil. **3.15 Novas normas e interpretações: Em vigor desde 1° de janeiro de 2023:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis: • Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23 (IAS 8)) • Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26 (IAS 1)); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32 (IAS 12)). **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo: • Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 (IAS 1)); • Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e • Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7). A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo fixo	6	7
Banco conta movimento	9.379	10.714
	9.385	**10.721**

5. Investimentos de curto prazo:

	Remuneração média			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Investimento - STA Energia	101,12% do CDI	102,06% do CDI	**104.688**	**71.939**

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6. Títulos e valores mobiliários:

		Remuneração média			
	Instituição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação pós fixada	BNDES	99,34% do CDI	99,81% do CDI	9.442	11.766
Aplicação pós fixada	Debêntures	99,34% do CDI	99,81% do CDI	50.262	48.746
				59.704	**60.512**

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M, serviço da dívida e, em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, realizando movimentação, periodicamente, para pagamentos decorrentes dos contratos de financiamento, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora. As reservas estão aplicadas no Banco Itáu.

7. Contas a receber de clientes:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		15.800	15.062
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	7.484	7.197
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre		1.313	-
Ajuste positivo CCEE		-	172
		24.597	**22.431**

Os montantes de suprimentos de energia elétrica ambiente regulado e ambiente livre são constituídos pelos valores em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado. Os valores da rubrica "Ajuste positivo CCEE" referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8. Despesas pagas antecipadamente:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	165	163
Prêmio de seguros - risco operacional	871	943
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.268	1.268
	2.304	**2.374**
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	5.387	6.655
	5.387	**6.655**
	7.691	**9.029**

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes. O registro inicial (R$ 16.796 data base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartidada à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016. A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 31 de dezembro de 2023 é de R$ 6.655 segregado entre circulante e não circulante (R$ 7.923 em 31 de dezembro de 2022). **9. Tributos e contribuições sociais a compensar e a recolher:** Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais decorrentes majoritáriamente de antecipação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

Ativo circulante	31/12/2023	31/12/2022
Tributos e contribuições sociais a compensar		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	656	1.638
Outros	51	51
	707	**1.689**
Passivo circulante		
Tributos e contribuições sociais a recolher		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.744	975
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.305	1.330
Programa de Integração Social - PIS	390	435
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.812	2.019
Outros	54	44
	6.305	**4.803**

10. Imobilizado: O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2023:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferência para Intangível	Outros*	Saldo em 31/12/2023
Imobilizado em serviço						
Terrenos	0,00%	17.612	–	–	–	17.612
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.827	–	–	–	845.827
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.362	–	–	–	140.362
Máquinas e equipamentos	2,75%	605.225	1.601	–	(362)	606.464
Veículos	0,00%	10	–	–	–	10
Móveis e utensílios	6,20%	2.513	54	–	–	2.567
Direito de uso sobre arrendamento	10,67%	2.380	–	–	263	2.643
Total do imobilizado em serviço		**1.613.929**	**1.655**	**–**	**(99)**	**1.615.485**
(–) Depreciação acumulada						
Reservatórios, barragens e adutoras		(146.101)	(18.077)	–	–	(164.178)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(27.776)	(3.436)	–	–	(31.212)
Máquinas e equipamentos		(131.184)	(16.700)	–	–	(147.884)
Veículos		(10)	–	–	–	(10)
Móveis e utensílios		(1.224)	(157)	–	–	(1.381)
Direito de uso sobre arrendamento		(1.258)	(295)	–	–	(1.553)
Total da depreciação acumulada		**(307.553)**	**(38.665)**	**–**	**–**	**(346.218)**
Total do ativo imobilizado em serviço		**1.306.376**	**(37.010)**	**–**	**(99)**	**1.269.267**
Imobilizado em curso						
Adiantamento a fornecedores		1.087	–	–	–	1.087
Depósitos judiciais		2.066	–	(7)	(255)	1.804
Total do ativo imobilizado em curso		**3.153**	**–**	**(7)**	**(255)**	**2.891**
Total do imobilizado		**1.309.529**	**(37.010)**	**(7)**	**(354)**	**1.272.158**

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Outros*	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Terrenos	0,00%	16.708	659	–	245	–	17.612
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.737	90	–	–	–	845.827
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	–	(284)	–	–	140.362
Máquinas e equipamentos	2,75%	605.133	92	–	–	–	605.225
Veículos	0,00%	10	–	–	–	–	10
Móveis e utensílios	6,21%	2.441	72	–	–	–	2.513
Direito de uso sobre arrendamento	12,05%	3.045	–	–	–	(665)	2.380
Total do imobilizado em serviço		**1.613.720**	**913**	**(284)**	**245**	**(665)**	**1.613.929**
(–) Depreciação acumulada							
Reservatórios, barragens e adutoras		(128.026)	(18.075)	–	–	–	(146.101)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(24.407)	(3.439)	70	–	–	(27.776)
Máquinas e equipamentos		(114.540)	(16.644)	–	–	–	(131.184)
Veículos		(9)	(1)	–	–	–	(10)
Móveis e utensílios		(1.070)	(154)	–	–	–	(1.224)
Direito de uso sobre arrendamento		(990)	(268)	–	–	–	(1.258)
Total da depreciação acumulada		**(269.042)**	**(38.581)**	**70**	**–**	**–**	**(307.553)**
Total do ativo imobilizado em serviço		**1.344.678**	**(37.668)**	**(214)**	**245**	**(665)**	**1.306.376**
Imobilizado em curso							
Adiantamento a fornecedores		1.087	–	–	–	–	1.087
Depósitos judiciais		2.322	–	(11)	(245)	–	2.066
Total do ativo imobilizado em curso		**3.409**	**–**	**(11)**	**(245)**	**–**	**3.153**
Total do imobilizado		**1.348.087**	**(37.668)**	**(225)**	**–**	**(665)**	**1.309.529**

*O valor de R$ 263 apresentado na coluna de Outros refere-se a remensuração do arrendamento, proveniente da extensão de contrato de locação. O valor de R$ 362 na coluna de outros refere-se a baixas para provisão para constituição de ativos. O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2023 refere-se substancialmente a montantes em discussões judiciais de âmbito fundiário e de fornecedores.

11. Intangível:

	Nota	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferências *	Saldo em 31/12/2023
Intangível em serviço						
Uso do bem público (i)		1,00%	12.059	–	–	12.059
Extensão da concessão		3,05%	17.410	–	–	17.410
Software		3,90%	825	17	10	852
Outros intangíveis		3,90%	957	–	–	957
Servidões		0,00%	–	145	7	152
Total intangível em serviço			**31.251**	**162**	**17**	**31.430**
Intangível em serviço						
(–) Amortização acumulada						
Uso do bem público (i)	**21**		(3.052)	(368)	–	(3.420)
Extensão da concessão			(791)	(678)	–	(1.469)
Software			(765)	(18)	–	(783)
Outros intangíveis			(957)	–	–	(957)
Total amortização			**(5.565)**	**(1.064)**	**–**	**(6.629)**
Intangível em curso						
Software			23	–	(10)	13
Total do ativo Intangível em curso			**23**	**–**	**(10)**	**13**
Total do intangível			**25.709**	**(902)**	**7**	**24.814**

* O valor de R$ 7 refere-se à transferência do imobilizado para o intangível.

	Nota	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 31/12/2022
Intangível em serviço					
Uso do bem público (i)		3,19%	12.059	-	12.059
Extensão da concessão		3,02%	17.410	-	17.410
Software		3,91%	825	-	825
Outros intangíveis		3,91%	957	-	957
Total intangível em serviço			**31.251**	**-**	**31.251**
(–) Amortização acumulada					
Uso do bem público (i)	**21**		(2.685)	(368)	(3.053)
Extensão da concessão			(113)	(678)	(791)
Software			(746)	(18)	(764)
Outros intangíveis			(957)	-	(957)
Total amortização			**(4.501)**	**(1.064)**	**(5.565)**
Intangível em curso					
Software			13	10	23
Total do ativo Intangível em curso			**13**	**10**	**23**
Total do intangível			**26.763**	**(1.054)**	**25.709**

(i) Passivo relacionado ao Uso do bem público: O montante registrado como "Uso do bem público" refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Em relação à obrigação de uso do bem público (passivo relacionado), as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 37º ano da concessão.

	31/12/2022	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2023
Passivo circulante	1.909	-	(1.916)	2.008	2.001
Passivo não circulante	16.230	2.584	-	(2.008)	16.806
	18.139	**–**	**–**	**–**	**18.807**
	31/12/2021	**Ajuste AVP**	**Pagamentos**	**Transferência**	**31/12/2022**
Passivo circulante	1.566	–	(1.803)	2.146	1.909
Passivo não circulante	15.640	2.736	-	(2.146)	16.230
	17.206	**–**	**–**	**–**	**18.139**

(ii) Extensão da concessão: Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição. Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Extensão do prazo de outorga (dia)	Valor (R$ mil)
584	17.410

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 05 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047. **12 Fornecedores:**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		1.648	2.350
Materiais e serviços		11.696	11.307
Ajuste negativo CCEE		1.572	886
Compra de energia - partes relacionadas	17.1	1.154	-
Compra de energia		363	-
Total		**16.433**	**14.543**

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações assim como o Custo de Uso do Sistema de Transmissão - CUST são realizados sem envolvimento de operação de *"forfait"*.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures: a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

			31/12/2023			31/12/2022		
	Encargos	Vencimento	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	23.658	619	24.277	23.424	696	24.120
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	206	4	210	204	5	209
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	68.016	623	68.639	59.261	891	60.152
(–) custo de captação - a apropriar	–	–	(1.559)	–	(1.559)	(1.559)	–	(1.559)
Total			**90.321**	**1.246**	**91.567**	**81.330**	**1.592**	**82.922**
Moeda nacional - não circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	149.838	–	149.838	171.774	–	171.774
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.307	–	1.307	1.498	–	1.498
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	182.045	–	182.045	238.956	–	238.956
(–) custo de captação - a apropriar	–	–	(5.466)	–	(5.466)	(7.026)	–	(7.026)
Total			**327.724**	**–**	**327.724**	**405.202**	**–**	**405.202**
Total geral			**418.045**	**1.246**	**419.291**	**486.532**	**1.592**	**488.124**

BNDES: Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R$ 470.610. O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação. O ICP e o ICSD são índices requeridos anualmente. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas: Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes S.A: Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitado a: ***(a)*** O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão; ***(b)*** Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia; ***(c)*** As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.; ***(d)*** Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e ***(e)*** Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica. Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.: Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A. **3ª emissão de debêntures:** Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R$ 210.900 (duzentos e dez mil e novecentos reais, em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3º emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures. As debêntures possuem cláusulas restritivas ("*covenants*") a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar: • Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos). Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). **b.** As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	Saldo Inicial 31/12/2022	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas (nota 22)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/12/2023
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	195.894	–	16.901	(23.560)	(15.120)	174.115
BNDES - Subcrédito E	1.709	–	111	(205)	(96)	1.519
3º emissão de debêntures	299.107	–	31.801	(61.569)	(18.656)	250.683
(–) custo de captação - a amortizar	(8.586)	–	1.560	–	–	(7.026)
Total	**488.124**	**–**	**50.373**	**(85.334)**	**(33.872)**	**419.291**
	Saldo Inicial 31/12/2021	**Ingresso de dívidas**	**Encargos de dívidas (nota 22)**	**Amortização de Principal**	**Amortização de Juros**	**Saldo Final 31/12/2022**
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	217.727	–	18.279	(23.313)	(16.799)	195.894
BNDES - Subcrédito D	7.731	–	96	(7.705)	(122)	–
BNDES - Subcrédito E	1.790	102	116	(196)	(103)	1.709
3º emissão de debêntures	308.967	–	37.979	(27.608)	(20.231)	299.107
(–) custo de captação - a amortizar	(10.144)	–	1.558	–	–	(8.586)
Total	**526.071**	**102**	**58.028**	**(58.822)**	**(37.255)**	**488.124**

c. Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Principal	81.109	84.510	88.111	23.895	23.895	31.670	333.190
(–) custo de captação a amortizar	(1.559)	(1.559)	(1.560)	(240)	(240)	(308)	(5.466)
	79.550	**82.951**	**86.551**	**23.655**	**23.655**	**31.362**	**327.724**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/03/2024 | 01:14:39 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 49C15EF1-B330-4D9F-A1E9-2E5C78A6243E

→★ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Provisão para constituição de ativos:

Natureza	31/12/2021	Transferência	31/12/2022	Baixa	Liquidação	Transferência	31/12/2023
Passivo circulante	2.730	(2.577)	153	–	(151)	1.055	1.057
Passivo não circulante	–	2.577	2.577	(362)	(540)	(1.055)	620
Total	**2.730**	**–**	**2.730**	**(362)**	**(691)**	**–**	**1.677**

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. **15. Provisão para contingências:** O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes dos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como probabilidade de perda provável. A administração da Companhia leva em consideração, para explanação em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. **Perda provável:** Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

	31/12/2021	Atualizações	Reversões	31/12/2022	Atualizações	Reversões	31/12/2023
Trabalhista	20	9	(12)	17	2	(19)	-

Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2023, merecem destaques as seguintes demandas: **(i) Demandas trabalhistas:** Atualmente existe um processo de natureza trabalhista (o mesmo em 31 de dezembro de 2022), de valor em risco aproximado em R$ 997 (R$ 878 em 31 de dezembro de 2022), com natureza de risco possível de perda. **(ii) Demandas Tributárias:** Atualmente existem seis (nove em 31 de dezembro de 2022) processos administrativos de natureza tributária com o valor em risco aproximado em R$ 12.532. (R$ 11.885 em 31 de dezembro de 2022). Considera-se como relevante os processos abaixo relacionados: Processo Administrativo nº 15746720203202021, trata-se de cobrança de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R$ 10.918 (R$ 10.050 em 31 de dezembro de 2022). **(iii) Demandas Cíveis e Ambientais:** Atualmente existem dois mil duzentos e sessenta e oito processos judiciais de natureza cível (dois mil quatrocentos e quinze em 31 de dezembro de 2022), de valor em risco aproximado em R$ 226.513 (R$ 276.890 em 31 de dezembro de 2022), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, consideram-se como relevantes os processos abaixo relacionados: Ação Civil Pública nº 00103807020164013100 (antigo nº 00013863320168030006), Proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. A ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautelar e Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo Ministério Público. A ação cautelar está em fase de recurso especial. Em decorrência do evento, objeto da ação civil pública, o Ministério Público Estadual proveu a Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da Companhia e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de Resposta à Acusação. O valor em risco não pode ser estimado. Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2. A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R$ 154 (R$ 162 em 31 de dezembro de 2022). Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2 (obrigação de fazer). A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R$ 154. Em 2022 o valor em risco não pôde ser estimado. Destacamos que a Companhia firmou em setembro de 2015, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 1) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto. Auto de Infração Ambiental nº 014689 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R$ 111.824 (R$ 96.140 em 31 de dezembro 2022). Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto. Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R$ 18.346 (R$ 15.773 em 31 de dezembro de 2022). Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a Companhia, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R$ 7.863 (R$ 6.760 em 31 de dezembro de 2022). Auto de Infração Ambiental nº 41971, lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá, por ter a Companhia, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R$ 6.788 (R$ 6.146 em 31 de dezembro de 2022). "Ações JEC - Evento "apagão 2020": Tratam-se de 2.252 (2.395 em 31 de dezembro de 2022) ações de indenização por supostos danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, e diversas Companhias do Setor Elétrico, incluindo Ferreira Gomes Energia S.A., em decorrência de seu suposto envolvimento no "apagão" ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R$ 78.691 (R$ 73.377 em 31 de dezembro de 2022). **(iv) Demandas Penais:** atualmente existem dois processos de natureza penal, (sete em 31 de dezembro de 2022), cujo o valor em risco não pode ser estimado. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados. **(v) Demandas Regulatórias:** atualmente a Companhia é parte em um processo de ordem regulatória (mesmo em 31 de dezembro de 2022), R$ 35 em 31 de dezembro de 2023 (mesmo em 31 de dezembro de 2022 valendo mencionar o seguinte: Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400: Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. **16. Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2023
Ativo (i)					
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	**5.709**	**(5.709)**	**–**	**–**	**–**
Imposto de renda diferido	358	(358)	–	–	–
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	13	(13)	–	33	**33**
	371	**(371)**	**–**	**34**	**34**
Base negativa acumulada	**5.709**	**(5.709)**	**–**	**–**	**–**
			–		–
Contribuição social diferida	514	(514)	–	–	–
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	19	(19)	–	48	**48**
	533	**(533)**	**–**	**48**	**48**
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	**904**	**(904)**	**–**	**81**	**81**

	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Passivo (ii)					
Imposto de renda diferido	(3.718)	163	(3.555)	145	(3.410)
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	–	(30)	(30)	30	–
Contribuição social diferida	(1.557)	61	(1.496)	61	(1.435)
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	–	(43)	(43)	43	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos	**(5.275)**	**151**	**(5.124)**	**279**	**(4.845)**
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(4.371)**	**(753)**	**(5.124)**	**361**	**(4.763)**

(i) Ativo: O saldo em 31 de dezembro de 2023 refere-se as adições temporárias que são revertidas condicionalmente a realização dos saldos das provisões. **(ii) Passivo:** Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11 cujo valores são amortizados mensalmente. A estimativa das parcelas de realização do ativo e passivo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

Ativo	2024
Estimativa de realização IRPJ diferido - Diferenças temporárias	33
Estimativa de realização CSLL diferida - Diferenças temporárias	48
	81

17. Partes relacionadas: 17.1 Transações com partes relacionadas: (A) Partes relacionadas: informações patrimoniais:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante - partes relacionadas			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	7	7.484	7.197
Passivo circulante - partes relacionadas			
Dividendos - Alupar Investimento S.A.		11.795	6.328
Fornecedores - AF Energia S.A.		117	327
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	12	1.154	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.		319	238
		13.385	6.893
Passivo não circulante - partes relacionadas			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.		899	992

17.2 Garantias: As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2023
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	175.632
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	250.684
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	24/06/2024	3.351	4.346

17.3 Remuneração da alta administração: De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 21 de abril de 2023, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R$ 249 para o exercício social de 2023, na forma prevista na Proposta da Administração. Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2023.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração da diretoria	(210)	(76)

18. Patrimônio líquido: 18.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social, subscrito e integralizado é de R$ 818.858. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022 é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
	Quantidades de ações ordinárias integralizadas	
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	807.080.529	807.080.529

Reserva de Lucros: ***a. Reserva legal:*** 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R$ 14.047 em 31 de dezembro de 2023 e R$ 10.815 em 31 de dezembro de 2022. ***b. Reserva especial para incentivos fiscais:*** Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, totalizando R$ 30.114 em 31 de dezembro de 2023 e R$ 15.874 em 31 de dezembro de 2022. ***c. Lucros retidos:*** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R$ 157.174 em 31 de dezembro de 2023 e R$ 121.791 em 31 de dezembro de 2022. ***d. Dividendos:*** Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

21. Custos e despesas operacionais:

	Nota	31/12/2023 Custos operacionais	31/12/2023 Despesas operacionais	31/12/2022 Custos operacionais	31/12/2022 Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		(25.361)	–	(24.052)	–
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(6.300)	–	(6.674)	–
Utilização do Bem Público - UBP	11	(368)	–	(368)	–
		(32.029)	**–**	**(31.094)**	**–**
Custos gerenciáveis					
Doações, contribuições e subvenções		(22)	(758)	(408)	(280)
Energia elétrica comprada para revenda		(17.423)	–	(4.193)	–
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	17.1	(4.336)	–	(7.029)	–
Seguros		(1.968)	(16)	(1.620)	(12)
Repactuação do risco hidrológico		(1.268)	–	(1.268)	–
Aluguéis		(414)	(118)	(356)	(153)
Pessoal		(3.273)	(794)	(2.933)	(638)
Honorários da diretoria e conselho de administração		–	(210)	–	(76)
Material		(457)	(90)	(652)	(511)
Serviços de terceiros		(2.003)	(2.930)	(2.883)	(2.766)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	17.1	(2.160)	–	(3.982)	–
Provisão para contingências		17	–	2	–
Outros tributos e taxas		(129)	(80)	(2.149)	(116)
Outras despesas		(170)	(71)	(47)	(368)
Outras receitas		–	531	–	304
		(33.606)	**(4.536)**	**(27.518)**	**(4.616)**
Depreciação e Amortização	10 e 11	(38.983)	(378)	(38.861)	(346)
		(38.983)	**(378)**	**(38.861)**	**(346)**
Total		**(104.618)**	**(4.914)**	**(97.473)**	**(4.962)**

22. Resultado financeiro:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras			
Receita de aplicações financeiras (*)		19.133	14.061
Juros s/faturas a receber em atraso		169	225
Outras receitas financeiras		2	14
		19.304	**14.300**
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	13.b	(50.373)	(58.028)
Atualização monetária		(2.794)	(2.855)
Outras despesas financeiras		(536)	(525)
		(53.703)	**(61.408)**
Resultado financeiro		**(34.399)**	**(47.108)**

(*) O montante das receitas com aplicações financeiras está líquido dos impostos.

23. Imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023 IRPJ	31/12/2023 CSLL	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	75.427	75.427	39.297	39.297
(–/+) Adições e/ou exclusões	1.280	1.251	1.294	1.290
Base de cálculo IRPJ e CSLL	**76.707**	**76.678**	**40.591**	**40.587**
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	–	–	(5.709)	(5.709)
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	**76.707**	**76.678**	**34.882**	**34.878**
IRPJ e CSLL	11.506	6.901	5.232	3.139
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R$ 20/Mês - R$ 240/Ano) 10%	7.647	–	3.464	–

	31/12/2023 IRPJ	31/12/2023 CSLL	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL
Incentivos Fiscais	(14.916)	–	(7.371)	–
(–) PAT	(46)	–	(44)	–
(–) SUDAM	(14.240)	–	(7.066)	–
(–) Doações	(630)	–	(261)	–
Total dos tributos correntes	**4.237**	**6.901**	**1.325**	**3.139**
Tributos Diferidos	–	–	358	514
Tributos Diferidos Extensão da concessão	(145)	(61)	(163)	(61)
Tributos Diferidos Diferenças Temporárias	(64)	(91)	43	62
Tributos diferidos	**(209)**	**(152)**	**238**	**515**
Total dos tributos	**4.028**	**6.749**	**1.563**	**3.654**
Alíquota efetiva	**14,29%**		**13,28%**	

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. **Valor justo, classificação e hierarquia dos instrumentos financeiros:** Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis: Nível I - preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor justo	Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
Ativo						
Caixa e bancos	9.385	9.385	10.721	10.721	-	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	104.688	104.688	71.939	71.939	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	59.704	59.704	60.512	60.512	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	24.597	24.597	22.431	22.431	-	Custo amortizado
	198.374	**198.374**	**165.603**	**165.603**		
Passivo						
Fornecedores	16.433	16.433	14.543	14.543	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	419.291	424.830	488.124	494.603	-	Custo amortizado
Uso do bem público	18.807	18.807	18.139	18.139	-	Custo amortizado
Provisão para constituição de ativos	1.677	1.677	2.730	2.730	-	Custo amortizado
	456.208	**461.747**	**523.536**	**530.015**		

(B) Partes relacionadas: informações do resultado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita - partes relacionadas			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	20	86.155	80.236
Custo - partes relacionadas			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	21	(4.336)	(7.029)
Serviços Tomados - AF Energia S.A. (*)	21	(2.160)	(3.982)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.		(2.044)	(1.747)
Juros s/arrendamentos - Alupar Investimento S.A./ AF Energia S.A.		(120)	(117)
		(8.660)	**(12.875)**

(*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas. As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes. A Ferreira Gomes Energia S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**64.650**	**34.080**
Reserva legal	(3.232)	(1.704)
Subtotal	**61.418**	**32.376**
Reserva para incentivo fiscal	(14.240)	(7.065)
Dividendo mínimo obrigatório	(11.795)	(6.328)
Reserva de lucros retidos	(35.383)	(18.983)
Saldo de lucros do exercício	–	–
Dividendo por ação	**0,0146**	**0,0078**

19. Lucro por ação:

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	31/12/2023	31/12/2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício	64.650	34.080
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	807.080.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária R$	**0,0801**	**0,0422**

20. Receita operacional líquida:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia - ambiente regulado		134.273	125.678
Suprimento de energia - ambiente livre		15.463	269
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	86.155	80.236
Ajuste positivo CCEE		8.599	4.580
		244.490	**210.763**
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(3.932)	(3.433)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(18.114)	(15.807)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(2.131)	(1.822)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(955)	(861)
		(25.132)	**(21.923)**
Receita operacional líquida		**219.358**	**188.840**

continua →★

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95610741872
Data/Hora da Assinatura: 21/03/2024 | 01:14:45 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 49C15EF1-B330-4D9F-A1E9-2E5C78A6243E

→★ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados. Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e 3º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Hierarquia do valor justo:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III. **Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros:** ***Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo:*** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

			Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
	Indexador	31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			4,32%	6,47%	8,63%	10,79%	12,95%
Investimentos de Curto Prazo	CDI	104.688	4.523	6.773	9.035	11.296	13.557
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	59.704	2.579	3.863	5.152	6.442	7.732

Análise de sensibilidade das dívidas: Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2023*	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				1,80%	2,70%	3,60%	4,50%	5,40%
3º emissão de debêntures	IPCA	6,47%	250.061	20.680	22.931	25.181	27.432	29.682
				3,27%	4,90%	6,53%	8,16%	9,80%
BNDES subcrédito (A, B, C)	TJLP	2,34%	173.496	9.733	12.561	15.389	18.217	21.062
BNDES subcrédito E	TJLP	0,00%	1.513	49	74	99	123	148

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação. **Gestão de riscos:** A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios: ***Risco de crédito:*** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência. ***Risco de taxas de juros:*** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas. ***Risco de regulação:*** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. ***Risco Hidrológico:*** A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoelétrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos, em 19 de janeiro de 2016, a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. ***Risco de Descontratação:*** Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). ***Risco de taxas de câmbio:*** A Companhia não tem operações em moeda estrangeira. ***Risco de liquidez:*** Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição. Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	5.712	1.679	9.042	–	-	16.433
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.571	83.996	79.550	193.159	55.015	419.291
Uso do bem público - UBP	500	1.501	2.001	6.002	8.803	18.807
Total	**13.783**	**87.176**	**90.593**	**199.161**	**63.818**	**454.531**

Gestão de capital: A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos, debêntures (líquidos dos custos a amortizar) e arrendamentos		
Circulante	(91.886)	(83.160)
Não circulante	(328.623)	(406.194)
Dívida total	**(420.509)**	**(489.354)**
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	173.777	143.172
Dívida líquida	(246.732)	(346.182)
Patrimônio líquido	1.020.193	967.338
Índice de endividamento líquido	**0,24**	**0,36**

25. Benefícios a empregados: A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R$ 839 e R$ 523 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. **26. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.127.020	1.876	18/06/2024
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	310	18/06/2024
Seguro de Riscos Patrimoniais	2.430	28	18/06/2024
Total	**1.829.450**	**2.214**	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

A Diretoria

Contadora: João Paulo Mendes do Nascimento - Contador - CRC 1SP218586/O-1

Declaração dos Diretores sobre o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes

Declaração para fins do Artigo 27, §1º, V da Resolução CVM 80/22 - Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

São Paulo, 04 de março de 2024. **Declaração para fins do Artigo 27, §1º, VI da Resolução CVM 80/22 -** Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Ferreira Gomes Energia S.A.** São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado: Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis, o saldo do ativo imobilizado da Companhia monta a R$1.272.158 mil, o qual está sujeito à avaliação periódica sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, consequentemente, no montante registrados nas demonstrações contábeis. *Como nossa auditoria conduziu este assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e preço da energia gerada; e (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas às demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2024

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O
Eduardo Wellichen
Sócio
Contador - CRC-1SP184050/O

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/03/2024 | 01:14:51 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/